



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-559-4 DOI 10.22533/at.ed.594192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)PENSANDO A CIBERCULTURA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	
Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.5941923081	
CAPÍTULO 2	23
A COEXISTÊNCIA ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA. A ESCRITA BALZAQUIANA COMO PROJETO DE UMA HISTÓRIA DOS COSTUMES	
Ana Beatriz Morais de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5941923082	
CAPÍTULO 3	34
A FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, CIÊNCIA E LITERATURA	
Cláudia Santos Turco Eduardo Nazareth Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.5941923083	
CAPÍTULO 4	42
A FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DO HOMEM CONSCIENTE DE SI: ANÁLISE DO O CONTRATO SOCIAL E DO EMÍLIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Edson de Sousa Brito Vanessa Aparecida Bernardes de Souza Tiago Carvalho Lombardi Tosta	
DOI 10.22533/at.ed.5941923084	
CAPÍTULO 5	52
FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Fernanda Moreira Silva Rabelo José Carlos Ferraz Hellayny Silva Godoy de Souza Ana Maria Franco Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5941923085	
CAPÍTULO 6	66
A TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL E A POLÍTICA DE RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	
Tomoko Kimura Gaudioso	
DOI 10.22533/at.ed.5941923086	
CAPÍTULO 7	77
DE IBICABA A SUPERAGUI: APROXIMAÇÕES ENTRE A IMIGRAÇÃO DEDICADA À GRANDE LAVOURA E A COLONIZAÇÃO HAVIDA NO PARANÁ	
Caiubi Martins Dysarz	
DOI 10.22533/at.ed.5941923087	

CAPÍTULO 8	101
AÇÕES POLÍTICAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: MODERNIDADE E POLÍTICA EM GOIÁS (1930-1933)	
Ivo Monteiro de Queiroz Claitonei de Siqueira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5941923088	
CAPÍTULO 9	115
ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DO CRESCIMENTO DA MANCHA URBANA DO BAIRRO COLINA DE LARANJEIRAS – SERRA/ES A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS GOOGLE EARTH	
Rubyana dos Santos Vieira Jordano Francesco Gagno de Brito Eliana Cassia Rocon Daiane Entringer Modesto	
DOI 10.22533/at.ed.5941923089	
CAPÍTULO 10	121
BIOGRAFIA, METODOLOGIA, SENSIBILIDADES E PRÁTICA RELIGIOSA CATÓLICA EM MARINGÁ, NORTE DO PARANÁ (1969-2000)	
Marcia Regina de Oliveira Lupion Solange Ramos de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.59419230810	
CAPÍTULO 11	132
CAMPESINATO NA DIOCESE DE GOIÁS: MEMÓRIAS DAS LUTAS E COM D. TOMÁS BALDUÍNO	
Valtuir Moreira da Silva Damiana Antonia Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.59419230811	
CAPÍTULO 12	144
IGREJA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO (1980-2017)	
Cátia Franciele Sanfelice de Paula Pâmela Kamila da Silva Gomes Andrea Gomes Veríssimo	
DOI 10.22533/at.ed.59419230812	
CAPÍTULO 13	157
FÉ EVANGÉLICA E A AÇÃO POLÍTICA NA OBRA CINEMATOGRAFICA SELMA (2014): UMA VISÃO PROTESTANTE ACERCA DA LUTA PELOS DIREITOS CIVIS	
Vinícius Almeida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.59419230813	

CAPÍTULO 14	166
ILÊ OJU ODÉ: POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NO CANDOMBLÉ DE GOIÁS	
Victor Hugo Basilio Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.59419230814	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	175
ÍNDICE REMISSIVO	176

IGREJA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO (1980-2017)

Cátia Franciele Sanfelice de Paula

UNIR, História, Rolim de Moura/RO

Pâmela Kamila da Silva Gomes

UNIR, História, Rolim de Moura/RO

Andrea Gomes Veríssimo

UNIR, História, Rolim de Moura/RO

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir o papel da Igreja Católica e a formação de organizações sociais em Santa Luzia D'Oeste/RO entre 1980 à 2017. Para isso, dialogamos com narrativas produzidas com trabalhadores, com a imprensa local e de circulação nacional. Buscamos trazer para o campo da reflexão histórica experiências de luta pela terra e pela garantia de direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; Organizações Sociais; Santa Luzia D'Oeste/RO.

ABSTRACT: This article aims to discuss the role of the Catholic Church and the formation of social organizations in Santa Luzia D West/RO ´ between 1980 to 2017. For this, the way we deal with narratives produced with workers, with the local press and national movement. We seek to bring to the field of historical reflection experiences of struggle for land and the guarantee of social rights.

KEYWORDS: The Catholic Church; Social

Organizations; Santa Luzia D'oeste/RO.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como objetivo discutir o papel da Igreja Católica e a formação de organizações sociais em Santa Luzia D'Oeste/RO, entre 1980 à 2017. O tema foi escolhido a partir do interesse dos acadêmicos de História da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Rolim de Moura, que pesquisam sobre migração e a formação de organizações sociais naquela localidade.

A escolha do tema também possui relação com experiências de investigação realizadas a partir do curso de extensão intitulado História e Memória: questões teórico-metodológicas, no primeiro semestre de 2017 na Universidade Federal de Rondônia. O curso teve como objetivo promover discussões teóricas e metodológicas acerca da relação entre História e memória, abordar sobre técnicas e métodos na produção e análise de fontes orais a fim de propiciar o contato dos acadêmicos com a pesquisa científica. A partir de entrevistas com trabalhadores que se deslocaram para Santa Luzia do Oeste na década de 1980 e da investigação do tema na imprensa local e de circulação nacional, objetivou-se apresentar o papel da Igreja Católica e a formação de

organizações sociais, tomando como ponto de partida os elementos narrados e evidenciados pelos trabalhadores entrevistados.

Primeiro, é preciso situar que a atuação da Igreja Católica em Rondônia data da década de 1970, momento de avanço das fronteiras agrícolas sob a coordenação do governo Federal, responsável pela criação de vários órgãos e projetos de intervenção. Esses projetos configuraram-se tentativas de controle social, principalmente no que se refere a distribuição da terra. Dentre as agências, coube ao INCRA sistematizar os projetos de colonização, processo marcado por diversas críticas e conflitos. A partir desse período foram implantados sete projetos de colonização no Estado de Rondônia. Foram cinco PICS (Projetos Integrados de Colonização) e dois PADS (Projetos de Assentamento Dirigido). Porém devido ao intenso fluxo migratório que continuava na década de 1980 foi necessária a criação dos PARs (Projetos de Assentamento Rápido).

Tratou-se de um contexto de mudanças no processo histórico e de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas, pautado no discurso de “espaço vazio” e “integração” nacional esteve marcado por privações diversas. Dentre as principais estão saúde, educação, deslocamento e comercialização.

A participação dos trabalhadores nos projetos criados foi marcada por dificuldades e muita luta na aquisição da propriedade da terra em todo o Estado. Refere-se a casos de ameaças e de expulsão em áreas de fazenda. Tais relações envolviam proprietários que se apropriavam indevidamente de terras e as disputavam judicialmente, não raras vezes, com direito a reintegração de posse e expulsão dos trabalhadores.

Pelos registros em diversas fontes de jornais, de circulação nacional e local, e a partir das entrevistas realizadas, os deslocamentos aconteceram em sua grande maioria da região Sul do país e datam da década de 1970. Em meio a esse contexto, constatamos a atuação da Igreja Católica no Estado de Rondônia através de registros que evidenciam a preocupação da instituição em proceder com um mapeamento sobre os problemas enfrentados por aqueles que chegavam. Vale ressaltar que, a ação da Igreja Católica não estava isolada, mas relacionava-se diretamente ao papel cumprido pela Instituição desde a década de 1970, no apoio às lutas de trabalhadores empreendidas em todo o país.

Tal atuação fica ainda mais evidente após a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975, em Goiânia. Houve a intensificação das lutas junto aos trabalhadores, questão também visível no Estado de Rondônia. Vale ressaltar que, os trabalhadores foram aqui compreendidos na acepção clássica de Marx, como aqueles que não dispõem de outra coisa, além da força de trabalho para sobreviver. Não nos referimos a eles como trabalhadores rurais ou, camponeses, tendo em vista que, as entrevistas realizadas assinalaram para diversas ocupações realizadas por eles na relação campo e cidade.

A realidade política do país, discutida pela ala progressista da Igreja junto aos

grupos de trabalhadores trazia à tona problemas ligados à ditadura e ao problema agrário. De acordo com Souza, “os debates estão, assim, na raiz da constituição posterior dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Rondônia” (SOUZA, 2011, p. 118).

Já na década de 1980, diversos projetos foram elaborados pela Igreja em Rondônia voltados à agricultura, à saúde e educação. Nessa direção, o intuito nesse artigo, não foi tratar dos projetos desenvolvidos pela Igreja Católica, mas o papel desempenhado na década de 1970, voltado ao mapeando da realidade que estava posta e, na intermediação das lutas dos trabalhadores que culminaram na constituição de organizações sociais em Santa Luzia D'Oeste.

TRATAMENTO METODOLÓGICO

O recorte temporal proposto, entre 1980 à 2017, possui relação com a escolha metodológica que voltou-se ao uso da história oral. Compreendemos o uso da oralidade, numa relação presente–passado, na qual falar sobre o passado requer considerar as condições vividas no presente por aquele que narra.

Primeiro, partimos do suposto de que, o caminho metodológico, embora pautado por reflexões consolidadas, não está fechado, mas se constitui a medida em que as evidências vão surgindo no processo de investigação, o que por sua vez abre a possibilidade de outras investigações, sejam elas, por meio de narrativas ou, outras fontes que propiciem argumentações necessárias para a construção da história. Ou seja, o caminho de pesquisa constrói-se no processo de investigação, à medida que as fontes são descobertas ou produzidas. Através desta concepção metodológica concebemos a história enquanto um movimento dinâmico e em transformação, cientes de que o resultado da investigação proposta depende não apenas do material disponível ou produzido, mas fundamentalmente dos questionamentos propostos.

As entrevistas orais foram produzidas com trabalhadores que migraram para Rondônia na década de 1980. O contato se deu a partir do conhecimento dos pesquisadores às pessoas que ainda no presente residem na localidade estudada. Quando ao trato metodológico, compreendemos as narrativas enquanto memória, definida por Fenelon do seguinte modo:

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais (FENELON, 2004, p. 9).

Visto que as memórias são construídas tendo como referência o que as pessoas vivenciam no tempo presente, consideramos na análise a avaliação que os sujeitos fizeram de suas trajetórias e como são representativas de outras

experiências sociais. Por isso, as memórias foram aqui entendidas como constitutivas e mediadas culturalmente pelo presente, pensadas a partir do movimento histórico e das temporalidades vividas por homens e mulheres que expressam elementos como valores, sentimentos e a incorporação ou não de memórias instituídas.

ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO

A cidade de Santa Luzia D'Oeste foi desmembrada da cidade de Rolim de Moura e emancipada em 1986. Pelos registros produzidos pela Comissão Pastoral da Terra, a atuação da Igreja Católica em Rondônia data de 1970. Desde esse período, a Instituição mapeava as condições vividas no Estado tendo como objetivo intervir posteriormente por meios de projetos. Também atuou na intermediação das lutas dos trabalhadores, culminando na constituição do Partido dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ainda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Não consideramos que a Igreja tenha sido responsável pelas lutas empreendidas pelos trabalhadores mas pela sua organização, através da criação de grupos de reflexão por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) nas quais instruíam sobre a importância de engajar-se em Movimentos Sociais para a luta e conquista de direitos.

A luta pela Reforma Agrária e pela conquista de direitos constituiu-se a bandeira dos Movimentos Sociais durante as décadas de 1970 e 1980. Eder Sader, em sua obra Quando novos personagens entraram em cena (SADER, 1988) ao discutir o papel da Igreja Católica em São Paulo fez referência a ação dos militantes católicos progressistas a partir do Concílio Vaticano II “que ao falar da igreja como “povo de Deus”, referia-se à participação ativa de grupos comunitários, através da qual os leigos deixariam de ser meros “fregueses” ou presentes passivos” (SADER, 1988, p.151). Esta, uma referência do teólogo Leonardo Boff com relação aos leigos, para lembrar como as pessoas deveriam se engajar em uma luta por todos e não esperar que as coisas continuassem como estavam, marcada pelo desemprego, pelo arrocho salarial nas grandes cidades, etc. Nessa direção, Sader pontua que:

Ao observamos os movimentos sociais que dão uma nova configuração social aos trabalhadores no cenário público na segunda metade dos anos 70, nós nos damos conta da existência de novos significados atribuídos às suas condições de vida, e esse novos sentidos nem se desprendem “naturalmente” do cotidiano popular e nem decorrem dos discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. Eles constituem reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas - quer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com meio e, portanto, abordam diversamente a realidade (SADER, 1988, p.143).

Sader utilizou a expressão “novo sujeito” para designar a configuração de sujeitos criados a partir da prática política e social. Embora coletivo, não estava preso

a organizações ou determinadas instituições que os organizassem, como as Igrejas, os Sindicatos e as Esquerdas. Estes precisaram encontrar novas vias para reatar relações com os novos sujeitos, a partir do surgimento de novos discursos e práticas por parte desses. Isso ocorreu, segundo o autor, devido a falta de representatividade de tais instituições e aos problemas vivenciados pelos sujeitos no período.

A defesa à autonomia dos Movimentos Sociais em relação a política institucionalizada, levou não somente a constituição de um novo sujeito social, mas a novos lugares para o exercício da política e a novas práticas diretamente relacionadas a vontades e interesses dos próprios sujeitos.

Assim, padres e bispos de orientação progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, passaram a lutar junto às famílias por seus direitos, num movimento que não ficou restrito somente à grande São Paulo, como discute Sader, mas que pode ser investigado de modo mais amplo a partir das especificidades das localidades em que a atuação da Igreja se fez presente.

Em Santa Luzia D' Oeste, a situação descrita pelos entrevistados era de precariedade. Precisavam de alguma maneira engajar-se em organizações que defendessem seus direitos. Enquanto agricultores, dependiam de recursos para conseguirem manter-se no campo. Registros em jornais locais e de circulação nacional assinalam para diversas manifestações realizadas durante as décadas de 1980 e 1990 e, como ganharam força formando assim as organizações sociais presentes no Estado. A entrevistada e professora Maria Fortunato, traz questões pertinentes acerca desse processo ao narrar:

O cristianismo em si surge, através, vamos chamar assim de um movimento, que são grupo levado por ideais de Jesus, que a gente vê na própria teologia da libertação que também é um movimento dentro da própria igreja católica, e é dentro desse movimento que a gente vai estudar teologia lá dos primeiros cristãos que eles vão sair formando comunidades e formar comunidades para um novo ideal de uma certa justiça social (Entrevista realizada com Maria Fortunato em 12/09/2017, Santa Luzia D'Oeste).

Maria, recupera elementos que situam a atuação que membros da Igreja Católica tiveram em Santa Luzia ao sistematizar a proposta da Teologia da Libertação. A memória da entrevistada se reporta a constituição dos grupos formados pelas CEBs, cujo objetivo era politizar a esfera cotidiana.

O discurso advindo da Teologia da Libertação foi utilizado pela Igreja Católica para organizar comunidades e o maior número de pessoas para lutar por demandas que estavam colocadas. A Teologia da Libertação despertou a consciência pela politização das demandas postas no cotidiano e para as formas de opressão vividas pelos trabalhadores.

Para Sader, a matriz discursiva da Teologia da Libertação “emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido

através da religiosidade popular.”(SADER, 1988, p. 144). Assim, a Igreja Católica intervinha nas comunidades através da fé, movendo os sujeitos através do discurso da liberdade dos oprimidos. Esse fenômeno, estimulou através dos movimentos, a busca pelo exercício da democracia. Através da ação, as pessoas se reconheciam enquanto sujeitos e buscavam através da luta uma realidade mais justa e igualitária. Para Neto:

Quase sempre vinculada ao poder dominante, as igrejas buscaram adequar os sujeitos sociais às normas das sociedades nas quais eles se encontravam. Mas, contraditoriamente, ao longo da história, são diversos os movimentos de cunho religioso que se engajaram nas lutas pela terra e pelo direito ao trabalho humano com dignidade. Nas últimas décadas, tivemos, na América Latina, o fenômeno da Teologia da Libertação, um movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (NETO, 2007, p.331).

A Teologia da Libertação esteve presente nas discussões propostas pelos Movimentos Sociais. A bandeira levantada pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em torno da Reforma Agrária, politizou e politiza sobre a necessidade de mudança na estrutura fundiária por meio da redistribuição de terras improdutivas que atenderia a necessidade de inúmeros camponeses desfavorecidos.

A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D’OESTE/RO

Considerando que a constituição de formas coletivas de luta perpassa a organização dos sujeitos a partir de interesses individuais, buscamos situar alguns aspectos que informam sobre as organizações sociais em Santa Luzia D’Oeste.

Desde meados da década de 1980, identificamos o papel cumprido pela Igreja Católica junto aos poderes políticos constituídos, pautado na proposta de organizar e politizar o cotidiano, questão que ficou evidente ao acompanhar as reportagens do Jornal Tribuna Popular e nas entrevistas realizadas com os trabalhadores.

Nessa dinâmica histórica, os elementos responsáveis por “unificarem” propostas de luta coletiva estiveram invariavelmente ligados as privações quando a saúde, acesso e permanência à terra. Para compreendê-las, tomamos como orientação as considerações de Hobsbawn acerca do processo de constituição das classes sociais a partir de elementos de identidade que propiciam formas coletivas de luta em torno de interesses comuns, de classe (HOBSBAWN, 1987).

Ao estudar o fazer-se da classe operária inglesa no processo de Revolução Industrial, o autor se atentou a observar gostos, costumes e estilos de vida dos trabalhadores no sentido de demarcar a emergência da classe operária. Para Hobsbawn, a classe operária inglesa não era uma classe pronta e acabada, mas em

processo de constituição. Para o autor, as classes sociais estão sempre mudando, por isso ele as percebe no seu fazer-se. Entre os fatores que identificavam os trabalhadores estavam o uso de boné, o estilo de vida e de lazer que apresentavam, a filiação a sindicatos e partidos, etc. A vida cotidiana era responsável pela formação de uma consciência de classe que apontava para a união solidária dos sujeitos em busca de melhores condições de existência, o que, por sua vez, fazia com que houvesse organizações de sindicatos

O autor destaca que interesses individuais tornam-se coletivos a medida que verifica-se fatores comuns que identificam os trabalhadores e que expressam uma consciência coletiva. Elementos como as condições de vida e práticas políticas foram utilizados por Hobsbawm para compreender a formação da classe operária inglesa. Sua preocupação estava em entender não apenas a forma que a classe operária se via, seus elementos indenitários, mas as relações sociais que os trabalhadores estabeleciam com outras classes e sujeitos históricos e como eram vistos por eles.

A partir de Hobsbawm compreendemos que entender formas de organização coletiva deve-se levar em consideração o fazer-se dos sujeitos. No diálogo com Thompson entendemos que investigar formas coletivas de organização perpassa considerar classe como um conceito histórico, investigado a partir das experiências dos sujeitos, suas ações, ou não, de resistência, formas individuais e coletivas de organização e os valores presentes em cada contexto histórico.

Para os trabalhadores de Santa Luzia D'Oeste, a década de 1980 foi marcada por muita opressão. Além das privações vividas na área rural, o maior desafio era sobreviver enquanto arrendatários ou meeiros. Todos esses elementos contribuíram para a formação de uma identidade coletiva, pautada na luta pela terra e outros direitos sociais.

A criação do MST, em Rondônia, por exemplo, possui relação com a articulação política nacional que reuniu camponeses em 1984 em Cascavel no Paraná. Em grande medida, as mobilizações nos estados foram organizadas pela CPT. Segundo Souza (SOUZA, 2011) a CPT em reuniões com Comunidades de Base e nos Sindicatos de Trabalhadores rurais elegeu representantes de Rondônia para participar do encontro no Paraná. Dali em diante criariam uma regional do MST em Rondônia e iniciaria uma série de ocupações pelo Estado.

A partir da década de 1990, outros movimentos se constituiriam como o MCC (Movimento Camponês Corumbiara), a LCP (Liga dos Camponeses Pobres), e o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Na década de 1980 era comum críticas quanto a forma em que o INCRA conduzia a distribuição das terras, questões noticiadas no Jornal Tribuna Popular e pela CPT. Além das críticas, a Comissão Pastoral da Terra registrou inúmeros casos de conflitos envolvendo trabalhadores em áreas de fazenda. Na maioria dos casos, os conflitos eram provocados pela própria autarquia que destinava terras aos trabalhadores em áreas de conflito.

A ocupação empreendida pelos trabalhadores foi regra já que por meio da via

legal não conseguiam adquirir uma propriedade. Inúmeros casos de assassinatos ocorreram. Um exemplo foi o massacre de Corumbiara (RO), em 9 de agosto de 1995, quando morreram 11 trabalhadores Sem Terra. Outro caso emblemático, foi o assassinato do Padre Ezequiel ocorrido na cidade de Cacoal em 1984. Ezequiel destacava-se pela luta junto aos posseiros e à população indígena. O padre atuava na região de Cacoal/RO há pouco tempo. Após seu assassinato se constituiu em todo o Estado uma memória sobre o ocorrido que pode ser notada em nomes de escolas, acampamentos e projetos desenvolvidos pela igreja. Seu assassinato evidencia a perseguição contra lideranças e àqueles que lutavam por mudança social no Estado:

(...) chegava à este jornal a notícia. Segundo a qual, Ezequiel Ramim fôra encontrado morto nas imediações da linha 7. (...) Ezequiel Ramim, padre, comboniano, italiano havia chegado a Cacoal a menos de um ano atrás, tendo se destacado na defesa intransigente da questão indígena e na defesa de uma reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores (Jornal Tribuna Popular, ed. 123, 25/07/1985. p. 1.

No contexto nacional, Leonardo Boff também se destacou por pensar nos oprimidos e lutar por justiça atuando junto aos Movimentos Operários. A crítica da Igreja em 1970 estava relacionada a problemática indígena. A instituição também se colocava contrária ao trabalho escravo contemporâneo. Tais preocupações, portanto, antecedem a atenção despendida à questão agrária. Porém, essas críticas não estiveram restritas ao Estado de Rondônia. Albuquerque discute que embora a proposta de Reforma tenha sido tímida nas décadas de 1980 e 1990, as formas de resistência e as iniciativas dos trabalhadores permaneceram fortes:

Nesse período o balanço da Reforma Agrária apontou poucas áreas desapropriadas, contudo, a resistência dos personagens envolvidos nesses conflitos manteve viva a demanda pela Reforma Agrária. Para Medeiros (2003), o envolvimento da Igreja Católica com os movimentos dos trabalhadores foi fundamental, pois, nela eles encontraram abrigo para continuar suas reivindicações em meio a tantas perseguições políticas. E foi, sobretudo, a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, que deu uma nova dinâmica política aos conflitos, trazendo-os para a esfera pública por meio de sucessivas denúncias, fornecendo espaço e infraestrutura para reuniões e combatendo os sindicalistas pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores do campo (ALBULQUERQUE, 2001, p. 51).

As dificuldades vividas pelos trabalhadores não foram omitidas pela imprensa regional. Do mesmo modo, a imprensa não omitiu o apoio dado pela Igreja e pelo Partido dos Trabalhadores ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

O partido dos trabalhadores apoia firmemente a luta dos Sem Terra, por se tratar de uma reivindicação justa e igualitária. Hoje mais de um 1 milhão de brasileiros não tem terras para morar [...]. Isto é o resultado da política discriminatória promovida pelo Incra, que em vez de fazer a Reforma Agrária está vendendo terra a grandes grupos econômicos. Estas afirmações foram dadas a TP, pela Comissão Executiva do PT- Cacoal (Jornal Tribuna Popular, ed. 101, 23/01/1985, p. 1)

A reportagem faz referência ao apoio prestado pelo Partido dos trabalhadores

em 1985, uma vez que o Partido fora criado nacionalmente em 1980. No entanto, além da imprensa, elementos importantes sobre o processo de luta pela conquista da terra e de organização dos trabalhadores puderam ser percebidos na construção de narrativas sobre Santa Luzia D'Oeste. Nesta direção, situamos alguns aspectos narrados pelos trabalhadores sobre suas lutas no processo de formação do Partido dos Trabalhadores em Santa Luzia D'Oeste.

Consideramos que, se na História nosso objetivo é explicitar questões sobre o social pautado em experiências dos sujeitos que vivenciam o processo histórico a ser estudado, o diálogo com materiais de natureza diversa e, também, a produção de fontes orais se colocam dentre as possibilidades de problematizar o social e, ao mesmo tempo, conferir visibilidade aos diferentes agentes que se puseram e se colocam cotidianamente em movimento no processo de constituição do campo e da cidade em distintos lugares.

Nessa direção, ao tomarmos as contribuições da História Social como caminho de reflexão para a produção e análise de fontes orais, enquanto memória, trazemos para o campo da reflexão histórica aqueles que são referidos apenas como coadjuvantes, quando o são: mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, idosos, grupos subalternos dentre outros. Refletir sobre a experiência social dos diversos agentes para que os mesmos se revelem como sujeitos do e no processo histórico permitiu problematizar e compreender o processo histórico de forma ampla.

Khoury, em seu artigo “Narrativas orais na investigação da história social”, aborda que os caminhos que se constroem pelos trabalhadores ao narrar, permite ao pesquisador visualizar como os sujeitos ao lutar buscam a realidade da qual fazem parte:

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem história e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver e de se organizar ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diferentes, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social (KHOURY, 2001, p. 80).

Utilizando-se dos supostos citados por Khoury foi que buscamos perceber o campo de lutas que as pessoas estavam inseridas em Santa Luzia D'Oeste/RO. Na entrevista com a professora Maria, ela destaca como foi intensa a repressão aos trabalhadores. Assim, com o surgimento das pastorais foi possível a constituição de formas de organização na luta por direitos. Nota-se na narrativa da entrevistada a busca em historicizar e justificar os problemas vividos, trazendo como referência a constituição do Movimento Católico Operário, cuja atuação certamente refletia não

só nas discussões que eram propostas pelas pastorais mas também no incentivo à constituição de outros Movimentos no campo e na cidade:

(...) a opressão que sempre tivemos no período escravista, na indústria nascente durante a ditadura militar tudo isso a questão trabalhista no Brasil (...) e o capitalismo em si que vem por todos lados. Então é daí que surge o movimento católico operário” (Entrevista realizada com Maria Fortunato em 12/09/2017)

A atuação da Igreja por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) movimentaram a politização do cotidiano. Segundo Sader, “Em 1981 calculava-se em 80 mil para todo o país, mas os números eram imprecisos” (SADER, 1988, p. 155, 156). Segundo o autor, essas comunidades se multiplicaram primeiro na zona rural e, posteriormente na periferia das grandes cidades. Em Rondônia, esse trabalho começaria a partir de 1987.

Em Rondônia, a CPT encarregou-se de registrar as relações de conflitos e os projetos desenvolvidos pela Igreja desde a década de 1970. As ações desenvolvidas pela Pastoral tiveram como objetivo desenvolver propostas de intervenção no social ao mesmo tempo em que mobilizava ações também no campo da memória. Consideramos que a CPT fez da produção da memória uma dimensão da luta, haja vista que a produção dessa memória se deu por todo o Estado de Rondônia e articulada ao movimento que ocorria em outros locais do país.

Outra entrevistada, Tida, agricultora, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores junto com seus pais, na década de 1980. Ao narrar sobre o processo de constituição do Partido, marcado pela realização de eventos, venda de camisetas, leilões como forma de manter e dar-lhe sustentação, expressa sua experiência de luta em Santa Luzia D’Oeste: “Aí que nós fazia uma roça comunitária. Fora isso a gente fazia de vez em quando um evento, uma festinha, uns leilão a gente sempre juntava as coisas e leiloava um frango assado, coisas assim e levava para leiloar” (Entrevistada realizada com Tida (pseudônimo) em 09/06/2017). Já a professora Maria, lembrou que a medida que as filiações aumentavam puderam se organizar remunerando uma comissão responsável pelo trabalho burocrático. Estas lembranças expressam as dificuldades no processo de constituição do Partido dos Trabalhadores:

M: [...] a gente do partido tem as contribuições né Pamela, nos temos o estatuto que para mantê-lo para ser filiado a gente contribui mensalmente com anuidades.

P: cada um né?

M: sim, isso, isso! E como manter partido uma vez que não podia vim dinheiro e não podia ser por emenda parlamentar? Não poderia ser por 10%? Né. E como manter o princípio de honestidade então foi amarrado instituto que aquele que fosse eleito todo mês uma parcela ia para o partido, vai para o partido?

P: Até hoje?

M: Até hoje até hoje! Mudou o percentual, era pouco. Quem fosse prefeito, vereador, deputado, quem tivesse uma portaria teria que dar um percentual ao partido, então até hoje é assim, tem que ser assim, pois aqueles que entrarem para o partido oportuno, com oportunidades de corromper, havia aqueles que não pagaram, mais

perto da organização, mais perto de entrar indícios de atos corruptos, que a gente ta vendo, por isso essa informação (Entrevista realizada com Maria Fortunato em 12/09/201).

Ainda na década de 1980, segundo Tida, o Partido conseguiu eleger um representante no parlamento:

(...) tinha muitas pessoas, tinha muitas pessoas, seu Gonçalves, finado Gonçalves, né? E daí a gente foi se organizando e fundou o partido, foi fundado o partido, no primeiro pleito foi eleito um vereador e teve vários candidatos, mas foi eleito um vereador, e, mais o objetivo principal era que atendesse, que fosse uma coisa que lutasse pelos trabalhadores né, e logo na sequencia também teve a organização do município, que o município se organizou, a questão do movimento Sem Terra, a pastoral da terra né? Então tudo veio, veio unido né com, com a necessidade, no caso, junto com o partido. E daí as coisas que a gente começou a ter, buscando junto com o partido e outros, outros movimentos, outras organizações para defender nossos direitos como trabalhadores rurais (Entrevistada realizada com Tida (pseudônimo) em 09/06/2017).

Além das dificuldades em torno da constituição do Partido, a entrevistada relembrou casos de perseguição aos seus integrantes e à integrantes de Movimentos Sociais. Acompanhando as reportagens nos jornais de circulação nacional e local e, registros feitos pela CPT, até meados da década de 1990, diversos casos de violência contra trabalhadores engajados no MST teriam ocorrido em Santa Luzia.

Algumas reportagens noticiadas na década de 1990 evidenciam as condições dos trabalhadores do campo em Santa Luzia, e a relação de violência vivenciada. Na reportagem “Pm’s continuam a espancar Sem Terra nas ocupações em RO”, a denúncia feita pela CPT sobre a expulsão de um grupo de trabalhadores situa sobre conflitos numa ação de expulsão:

As duzentas famílias de trabalhadores rurais sem terra que ocuparam dia 29 de julho passado, a fazenda Araucária no município de Santa Luzia do Oeste, foram expulsas por cerca de 150 soldados da Polícia Militar e jagunços de fazendeiros no dia 13 de agosto último. Mais uma vez a PM usou da violência contra trabalhadores rurais durante o despejo. As famílias dos Sem Terra perderam suas plantações feitas na área ocupada após a ação policial. Até o fechamento desta edição os Sem Terra estavam acampados num campo de futebol em Rolim de Moura e sobrevivendo de pequenos serviços e da solidariedade da população daquela localidade (Informativo CIMI e CPT/RO, 11/11/93, nº18)

Após expulsão, os trabalhadores realizaram diversas manifestações (Jornal O Estadão, 07/09/93, p. 6.) e ocupações na sede do INCRA de Pimenta Bueno/RO. Outras reportagens ainda dão conta das más condições (Jornal o Estadão, 08/10/93, p. 6.) a que ficaram submetidos.

O processo de luta pela terra realizado pelos trabalhadores resultou na formação de assentamentos e acampamentos. Conforme pontua Souza (SOUZA, 2011) na mesorregião geográfica do Leste rondoniense, se formaram dois acampamentos, o Silvio Rodrigues, em Alvorada do Oeste/RO e, o Acampamento Che Guevara em Alto

Alegre dos Parecis/RO. E, três assentamentos, sendo eles o 25 de Julho em Espigão do Oeste/RO, criado em 1990, o Assentamento Padre Ezequiel Ramin em Mirante da Serra/RO, criado em 2001 e, o Assentamento 14 de agosto em Ariquemes, criado em 2009. A formação dos acampamentos e assentamentos fez diminuir os casos de conflitos em Rolim de Moura e Santa Luzia ou deixaram de ser registrados pela CPT a partir de 2000 devido, questão que necessita uma análise mais aprofundada. Uma das hipóteses é que os trabalhadores que lutavam por terra nessas localidades tenham se organizado nos acampamentos e assentamentos que foram se constituindo a partir da década de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse processo, consideramos que a intermediação da Igreja na localidade teve grande importância. Contudo, não atribuímos a luta dos trabalhadores à Igreja, ela já existia no âmbito cotidiano. Por meio das lutas protagonizadas pelos trabalhadores a Instituição, ao mesmo tempo que contribuiu para o fortalecimento da luta, também se constituiu por meio de projetos que iam ao encontro das demandas vividas no campo e na cidade.

Nesse contexto, as questões trazidas no limite deste texto, abre caminhos para futuras investigações e contribui para pensar a constituição das organizações ora citadas numa dimensão ampla entre campo e cidade. A carência de discussões sobre o tema, na historiografia local, tona-se um limite que precisa ser transposto frente a riqueza de evidências e do terreno fértil que pesquisadores podem encontrar acerca da temática.

REFERÊNCIAS

AILBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. *Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária*. 137 f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP, Campus de Franca – SP, 2006, p. 51.

FENELON, Déa R. O historiador e a cultura Popular: História de classe ou história do povo? – *Revista História e Perspectivas*, jan/jun, 2009, p.51

GOMES, A.C. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, 32(64):167-184, 2012; GOMES, A.C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*, 11(1-2):21-39, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, São Paulo, (22) jun. 2001.

NETO, Antonio Julio Menezes. *A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. Cad. CRH vol. 20, nº 50. Salvador, Maio/Agosto de 2007, p. 331.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*/Eder S. Sader. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 155 e 156.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. *Luta, territorialização e resistência camponesa no Leste rondoniense (1970-2010)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFU, 2011.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna
Análise espaço

C

Cibercultura
Ciências política
Ciências sociais
Colonização

D

Direitos civis territorialidades

E

Ensino de história
Exponere

F

Feminismo
Filosofia
Fontes documentais
Formação do homem

H

Historiografia
História dos costumes
História intelectual
Historiografia

I

Igreja católica
Imigração

L

Literatura
Lutas

M

Meio ambiente
Memória
Micro-história

O

Organizações sociais

P

Política

Populismo

Protestante

R

Relações de trabalho

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-559-4

